

Intervenção  
Agendamento potestativo  
«Autonomia e Gestão do Ensino Superior»

*Pedro Duarte*

*30 Maio 2007*

O ensino superior no nosso País precisa de uma urgente adaptação ao Século XXI.

As frenéticas mudanças que todos vivemos nos últimos anos e que alteraram profundamente os nossos pequenos hábitos quotidianos, que alteraram os equilíbrios nas relações económicas à escala global ou que alteraram os pressupostos da Ordem Internacional, justificam que cheguemos a uma conclusão basilar: não faz sentido que o ensino superior fique na mesma, quando tudo mudou em seu redor.

Pelo contrário, o que a sociedade espera do ensino superior é que seja, precisamente, um agente de mudança, um pilar galvanizador de inovação e de adaptação aos tempos modernos.

Com estes pressupostos, o PSD recorre hoje a um direito previsto no nosso Regimento, para agendar e trazer a debate uma proposta de mudança, de ruptura positiva no nosso ensino superior.

Importa, contudo - ainda antes de abordar o conteúdo da proposta que aqui trazemos - fazer uma pequena retrospectiva de todo este processo.

Em Maio de 2006, há mais de uma ano, o Presidente do PSD anunciou, no encerramento do Congresso do Partido, que este Grupo Parlamentar avançaria, passados uns dias, com uma proposta consistente e ponderada de reforma no ensino superior, nomeadamente, nos pontos que consideramos mais críticos.

Assim aconteceu. No dia 2 de Junho, dava entrada neste Parlamento, o Projecto-Lei do PSD que hoje discutimos.

Vale a pena, portanto, fazer a comparação com a atitude do Governo.

Citemos o Programa do Governo, aprovado neste Governo há mais de dois anos. Sublinho: há mais de dois anos.

Passo a citar: *“o Governo concederá também toda a prioridade à reforma do sistema de governo das instituições do ensino superior”* (Está na página 53 do Programa de Governo).

Contudo, apesar deste enunciado, o Governo, decorridos mais de 2 anos, não se mostrou habilitado a trazer as suas propostas a este debate.

O contraste não podia ser mais evidente!

De um lado, temos o líder do PSD que anuncia o que sabe poder concretizar!

Do outro, temos o Primeiro-Ministro que anuncia, anuncia, anuncia... mas que se fica por isso mesmo.

Passaram mais de dois anos e o Governo continua ausente.

A verdade é que o Governo ainda não está preparado para “vir a jogo”, discutir com o PSD, discutir com o Parlamento, as suas ideias estruturantes para o ensino superior.

Passaram de facto, mais de 2 anos.

Mas o grande problema é que foram “mais de 2 anos” de apatia, de imobilismo, no fundo, de ausência do Governo e, particularmente, do Ministro do Ensino Superior.

Pela nossa parte – no PSD – a opção é clara: não nos limitamos a apontar os erros e as omissões do Governo; não nos resignamos a uma postura de mera crítica. Pelo contrário, optamos – e provamo-lo hoje mesmo – por uma atitude construtiva, com a apresentação de ideias que pretendemos que venham a ser encaradas como contributos para um debate que deverá ser participado e alargado.

Somos uma oposição crítica a este Governo.

Mas somos também uma oposição com ideias claras para o País.

A prova disso mesmo é que – depois de um ano de espera – provocamos a discussão das nossas propostas para o ensino superior.

E ironicamente, o Governo diz-nos que ainda não está habilitado para este debate!

Passemos, então, à substância das propostas de reforma estrutural para o ensino superior que hoje apresentamos.

Propomos, sem tibiezas, uma mudança de paradigma, alicerçado em três grandes eixos:

- Liberdade
- Diversidade
- E responsabilidade

Ou seja, apostamos num ensino superior com espírito de iniciativa, aberto à diversidade, à flexibilidade e à criatividade que devem ser características destes novos tempos.

Para tal, duas medidas são para nós, imprescindíveis:

- Por um lado, incentivar uma forte autonomia de cada Instituição de ensino superior.
- Por outro, acabar com o incongruente sistema de governo das nossas Universidades e Institutos Politécnicos públicos.

Não escondemos que queremos, objectivamente, eliminar o aparelho legislativo e burocrático poderoso que, actualmente, constrange as Instituições.

Dou um exemplo, muito concreto: uma Universidade, hoje, não pode fixar as suas regras de recrutamento de docentes e investigadores nem os critérios de admissão de estudantes. Ou seja, a Universidade está privada de uma das mais importantes regras da liberdade académica: a liberdade de selecção e escolha dos seus professores e estudantes.

Mais. A actual lei limita as instituições do ensino superior, não lhes permitindo criar as suas próprias estruturas de administração e gestão, dado que são obrigadas a seguir as regras – cegas - da lei, que impõe número, nomes e competências dos órgãos de gestão, independentemente da dimensão, das especialidades, das tradições e das necessidades.

Pior. A lei chega a impor a participação de estudantes e funcionários nos órgãos de poder e representação, incluindo os conselhos directivos.

Alguns chamam a isto gestão democrática. Nós consideramos tudo isto um exercício de gestão demagógica.

Vigora hoje um regime que, de tão dirigista e regulamentador, apela à irresponsabilidade.

O PSD prefere o inverso: maior liberdade, maior flexibilidade, para se exigir maior responsabilidade.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

As principais mudanças que propomos são as seguintes:

Primeiro: cada instituição passará a gozar de liberdade para adoptar o modelo de gestão que considerar mais adequado à sua realidade. Cada Universidade ou cada Politécnico poderá escolher a sua forma de governo e a sua estrutura orgânica, com total liberdade.

Deste modo, gozando de total liberdade de organização, respondem pelos seus actos, decisões, orientações e resultados sem quaisquer álibis, designadamente em função dos constrangimentos legais.

Segundo: cada instituição definirá, com igual liberdade, a composição dos seus órgãos, sem qualquer imposição legal ou burocrática.

É, também aqui, o princípio da diversidade. A UTAD é diferente – e deve ser diferente – da Universidade Nova de Lisboa. O Politécnico de Beja é diferente – e deve ser diferente – do Politécnico do Porto. Devemos acolher e estimular esta diversidade.

Terceiro: passa a consagrar-se, pela primeira vez, a que os Reitores (no caso das Universidades) ou os Presidentes (no caso dos Politécnicos) poderão ser um professor ou uma qualquer outra personalidade de reconhecido mérito. A actual lei impõe obrigatoriamente a eleição de um professor. Propõe-se uma filosofia completamente distinta: as instituições podem escolher livremente a pessoa que considerem mais apta. Pode ser professor, ou não. Cada instituição é que decide.

Quarto: consagra-se uma excepção a estes princípios enunciados.

Nas instituições públicas, o órgão máximo da Universidade ou Politécnico (responsável pela definição das grandes orientações em termos de desenvolvimento estratégico) será, obrigatoriamente, composto por uma maioria de elementos externos à própria instituição e representativos do meio envolvente (social, cultural, económico ou autárquico).

Assume-se, deste modo, o princípio, tantas vezes enaltecido mas nunca verdadeiramente concretizado, de abertura e interacção entre as Instituições do ensino superior e a sociedade civil.

Quinto: Determina-se a obrigação de elaboração de planos de desenvolvimento plurianuais estimula-se a aprovação de “planos de desenvolvimento plurianuais” por parte de todas as Instituições. Um dos grandes problemas do nosso ensino superior reside no facto de, no passado, não se ter adoptado uma estratégia prospectiva que ponderasse as diferentes condicionantes (demográficas, económicas, mercado de trabalho, etc.) que envolviam a realidade académica. Agora, promove-se esta visão de médio/longo prazo concretizada numa missão e numa estratégia definidas, nas perspectivas de evolução das instituições em matéria de oferta educativo-formativa, na projecção do número de alunos, nas iniciativas a desenvolver nos domínios da investigação, da inovação e da interacção com a sociedade, bem como do plano da programação financeira, mormente os investimentos.

Uma última palavra para manifestar a predisposição do PSD para contribuir para as melhores soluções possíveis para o futuro do nosso ensino superior.

Manifestamos, hoje, a nossa atitude construtiva.

E, portanto, sentimos toda a legitimidade para apelar ao Governo socialista para que não faça uso da sua maioria parlamentar para tentar impor soluções que não colhem qualquer adesão na sociedade portuguesa.

Vale a pena recordar que a anterior lei de Autonomia das Universidades foi aprovada, por unanimidade, há vinte anos atrás.

E enfatizar que esta é uma reforma que deverá, tendencialmente, vigorar durante várias décadas. Deve, portanto, merecer um amplo consenso político e social.

Os sinais de prepotência e de autismo que têm caracterizado o Governo são, até ver, um preocupante indício.

Desejamos, portanto – a bem de Portugal – que este Governo, também aqui, inverta o rumo que vem traçando.

Disse.